

AVISO RELATIVO À PROTEÇÃO DE DADOS

A presente declaração de confidencialidade, de carácter genérico, diz respeito ao tratamento de dados pessoais no âmbito da gestão dos procedimentos de adjudicação de contratos públicos, de concessão de subvenções e de seleção de peritos, bem como da gestão da execução de contratos (concursos, peritos) e da aplicação de convenções (subvenções).

Tratamento: Gestão dos procedimentos de adjudicação de contratos públicos, de concessão de subvenções e de seleção de peritos, bem como da gestão da execução de contratos (concursos e peritos) e da aplicação de convenções (subvenções).

Responsável pelo tratamento de dados: O Parlamento Europeu, mais especificamente a entidade mencionada no aviso publicado em Jornal Oficial, no convite à participação ou no convite à apresentação de propostas referente ao procedimento de adjudicação, ao contrato ou à convenção.

Índice

1. Introdução
2. Finalidade do tratamento
3. Quais são as bases jurídicas do tratamento dos seus dados pessoais?
4. Que dados pessoais recolhemos e tratamos?
5. Durante quanto tempo conservamos os seus dados pessoais?
6. Como protegemos e salvaguardamos os seus dados pessoais?
7. Quem tem acesso aos seus dados pessoais e a quem são divulgados?
8. Quais são os seus direitos e como pode exercê-los?
9. Informações de contacto
10. Onde obter informações mais pormenorizadas?

1. Introdução

O Parlamento Europeu está empenhado em proteger os seus dados pessoais e respeitar a sua privacidade. Os seus dados pessoais são tratados nos termos do **Regulamento (UE) 2018/1725** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos e organismos da União e à livre circulação desses dados.

A presente declaração de confidencialidade explica o motivo pelo qual tratamos os seus dados pessoais, a forma como recolhemos, mantemos e asseguramos a proteção de todos os dados pessoais providenciados, o modo como é utilizada essa informação e os direitos que tem em relação aos seus dados pessoais. Especifica ainda os contactos do responsável pelo tratamento de dados junto do qual pode exercer os seus direitos, do responsável pela proteção de dados e da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados.

A presente declaração de confidencialidade diz respeito ao tratamento de dados no âmbito da «gestão dos procedimentos de adjudicação de contratos públicos, de concessão de subvenções e de seleção de peritos, bem como da gestão da execução de contratos (concursos e peritos) e da aplicação de convenções (subvenções)», efetuado pelo Parlamento Europeu como seguidamente se indica.

2. Finalidade do tratamento

O tratamento de dados pessoais pelo Parlamento Europeu é necessário no contexto da gestão dos procedimentos de adjudicação (contratos, subvenções, peritos), bem como da gestão da execução de contratos (concursos, peritos) e da aplicação de convenções (subvenções) concluídos durante os procedimentos. Este tratamento incumbe ao Parlamento Europeu, na qualidade de responsável pelo tratamento de dados, e diz respeito à recolha e tratamento de dados pessoais.

O titular dos dados é obrigado a fornecer os seus dados pessoais para efeitos de participação no procedimento correspondente (artigo 15.º, n.º 2, alínea e), do Regulamento (UE) 2018/1725).

Os seus dados pessoais não serão utilizados para decisões automatizadas, incluindo definição de perfis.

Se for um titular de dados externo, após receção pelo Parlamento de informações da sua parte relacionadas com um procedimento de adjudicação, contrato ou convenção (por exemplo, documentos de candidatura, comunicação), os seus dados pessoais podem ser recolhidos e tratados pelos serviços do Parlamento para efeitos de gestão do procedimento, contrato ou convenção.

Se for um titular de dados interno, os seus dados pessoais podem ser recolhidos e tratados pelos serviços do Parlamento no âmbito da utilização que faz das ferramentas informáticas da instituição ligadas ao sistema eSubmission (sistema de apresentação eletrónica de propostas) para efetuar a gestão de procedimentos de adjudicação, a execução de contratos (concursos, peritos) e a aplicação de convenções (subvenções).

3. Quais são as bases jurídicas do tratamento dos seus dados pessoais?

O tratamento de dados pessoais efetuado no contexto dos procedimentos relativos a concursos, à concessão de subvenções e à seleção de peritos, bem como da gestão da execução de contratos e da aplicação de convenções é necessário e lícito nos termos do artigo 5.º, n.º 1, alíneas a), b) e c), do Regulamento (UE) 2018/1725:

-) O tratamento é necessário para o exercício de funções de interesse público ou para o exercício da autoridade pública de que a instituição ou o órgão da União estão investidos;
-) O tratamento é necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento está sujeito;
-) O tratamento é necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados.

A base jurídica do tratamento de dados pessoais é o Regulamento Financeiro¹, nomeadamente:

-) Os artigos 33.º e 36.º relativos aos princípios da boa gestão financeira e ao desempenho;
-) Os artigos 160.º a 179.º relativos aos procedimentos de contratação pública;
-) Os artigos 180.º a 200.º relativos aos pedidos de subvenção;

¹ Regulamento (UE, Euratom) 2018/1046 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de julho de 2018, relativo às disposições financeiras aplicáveis ao orçamento geral da União (JO L 193 de 30.7.2018, p. 1).

-) Os artigos 237.º e 238.º relativos à seleção de peritos.

4. Que dados pessoais recolhemos e tratamos?

Os titulares de dados externos fornecem os seus dados pessoais ao:

-) participarem num procedimento de adjudicação relativo a um concurso, à concessão de uma subvenção ou à seleção de peritos; e
-) executarem um contrato (concurso, perito) ou aplicarem uma convenção (subvenção) que lhes tenha sido adjudicado.

Os titulares de dados internos fornecem os seus dados pessoais ao:

-) gerirem um procedimento de adjudicação relativo a um concurso, à concessão de uma subvenção ou à seleção de peritos;
-) gerirem a execução de um contrato (concurso, perito) ou a aplicação de uma convenção (subvenção);
-) desenvolverem e manterem os sistemas informáticos da instituição ligados ao sistema eSubmission, bem como prestarem apoio na sua utilização, para a finalidade acima indicada no âmbito dos processos institucionais; e
-) acederem aos sistemas informáticos da instituição ligados ao sistema eProcurement (sistema de contratação pública eletrónica), para efeitos de aquisições através de um procedimento relativo a um concurso ou contrato, ou para realizar uma tarefa de monitorização, auditoria ou inspeção prevista no Direito da União Europeia.

Categorias de dados pessoais

Consoante o titular dos dados seja externo ou interno ao Parlamento, podem ser tratados diferentes tipos de dados, designadamente:

Titular de dados externo ao Parlamento:

-) Dados de identificação: nome, apelido, número de passaporte, número de identificação pessoal, endereço IP; função;
-) Contactos (endereço de correio eletrónico, números de telefone profissional, de telemóvel e de fax, endereço postal, nome da empresa e departamento, país de residência, endereço Internet);
-) Documentos comprovativos do pagamento de contribuições para a segurança social e de impostos, certificado do registo criminal;
-) Dados financeiros: referências da conta bancária (códigos IBAN e BIC), número de contribuinte;
-) Informações pertinentes para a avaliação dos critérios de seleção ou elegibilidade: conhecimentos especializados, competências técnicas e línguas, habilitações literárias, experiência profissional, incluindo informações sobre as funções atuais e anteriores;
-) Declaração sob compromisso de honra ou documento equivalente referente aos critérios de exclusão, seleção e/ou elegibilidade; e
-) Dados relacionados com o sistema: nome de utilizador e palavra-passe da conta do Serviço de Autenticação da Comissão Europeia (EU Login), que apenas são armazenados no EU Login, dados de segurança/ficheiros de registo, que permitem manter pistas de auditoria.

Titular de dados interno ao Parlamento:

-) Dados de identificação: nome, apelido, endereço de correio eletrónico, endereço IP;

-) Dados organizacionais: organização, direção, unidade, etc.;
-) Dados processuais; entidade adjudicante;
-) Funções e papel; e
-) Dados relacionados com o sistema: nome de utilizador e palavra-passe da conta do Serviço de Autenticação da Comissão Europeia (EU Login), que apenas são armazenados no EU Login, dados de segurança/ficheiros de registo, que permitem manter pistas de auditoria.

5. Durante quanto tempo conservamos os seus dados?

Os seus dados pessoais serão conservados pelo menos durante cinco anos a contar da data de concessão da quitação pelo Parlamento Europeu para o exercício a que se referem. Uma vez expirado este período de conservação, os dados pessoais são apagados. Os dados pessoais podem ser utilizados para fins estatísticos e, nesse caso, são totalmente anonimizados.

Não obstante o período de conservação acima referido, recorde-se que:

-) No âmbito das práticas gerais de gestão de documentos, um dossiê do Parlamento Europeu que esteja relacionado com um procedimento de adjudicação, contrato ou convenção e que inclua dados pode ser selecionado ou utilizado como amostra no final do período de conservação, o que pode implicar a conservação de alguns dados nos Arquivos Históricos do Parlamento;
-) Um período de conservação pode ser objeto de uma prorrogação temporária se estiver em curso uma tarefa de monitorização, auditoria ou inspeção prevista no Direito da União Europeia (por exemplo, auditorias internas, a instância especializada em matéria de irregularidades financeiras referida no artigo 93.º do Regulamento Financeiro, a instância de exclusão referida no artigo 143.º do Regulamento Financeiro, o Organismo Europeu de Luta Antifraude – OLAF); e
-) Qualquer ação que tenha sido realizada nos sistemas informáticos da instituição ligados ao sistema eSubmission pelos titulares dos dados através da sua conta EU Login é registada sem um período de conservação definido, a fim de permitir a consulta de informações financeiras, contratuais ou contabilísticas, e de manter pistas de auditoria.

6. Como protegemos e salvaguardamos os seus dados pessoais?

Os dados em formato eletrónico são armazenados nos servidores do Parlamento Europeu. Os requisitos de segurança aplicados permitem garantir que apenas as pessoas designadas podem aceder aos dados conservados para fins de tratamento.

Os dados em suporte papel são armazenados nas instalações dos serviços competentes do Parlamento Europeu. O acesso às instalações e no interior das mesmas está sujeito a controlo.

7. Quem tem acesso aos seus dados e a quem são divulgados?

Para os fins acima descritos, é concedido acesso aos seus dados pessoais às seguintes pessoas, sem prejuízo da sua eventual transmissão aos órgãos que realizam tarefas de monitorização ou inspeção previstas no Direito da União Europeia:

- J) O pessoal do Parlamento e, no caso de procedimentos interinstitucionais, o pessoal de outras instituições, órgãos e organismos implicados, bem como peritos externos e contratantes que trabalham em nome do Parlamento para efeitos de:
 - 1) gestão dos procedimentos de adjudicação de contratos públicos, de concessão de subvenções e de seleção de peritos,
 - 2) gestão da execução de contratos (concursos e peritos) e da aplicação de convenções de subvenção,
 - 3) desenvolvimento e manutenção dos sistemas informáticos da instituição ligados ao sistema eSubmission, bem como prestação de apoio na sua utilização;
- J) Para os contratos adjudicados no âmbito de um procedimento de adjudicação, o pessoal do Parlamento que pode utilizar o contrato ou as informações (excluindo dados pessoais) a ele relativas com o único objetivo de preparar futuros procedimentos de adjudicação;
- J) Os órgãos que realizam tarefas de monitorização, auditoria ou inspeção previstas no Direito da União Europeia;
- J) Os membros do público que recebem dados de contratantes ou beneficiários que são tornados públicos em conformidade com o Regulamento Financeiro, nomeadamente o artigo 38.º, n.º 2, e o artigo 163.º. Os dados são publicados no sítio Web pertinente do Parlamento Europeu. Para mais informações sobre a manutenção deste registo, queira consultar o [registo do responsável pela proteção de dados](https://www.europarl.europa.eu/data-protect/index.do)<https://www.europarl.europa.eu/data-protect/index.do>.

No contexto dos controlos financeiros internos, os destinatários dos dados pessoais poderão comparar os dados com quaisquer informações disponíveis em fontes públicas, nomeadamente nas redes sociais.

8. Quais são os seus direitos e como pode exercê-los?

Enquanto «titular dos dados» na aceção do capítulo III (artigos 14.º a 25.º) do Regulamento (UE) 2018/1725, beneficia de direitos específicos, nomeadamente o direito de acesso, retificação ou apagamento dos seus dados pessoais e o direito de limitar o tratamento dos seus dados pessoais.

Tem o direito de se opor, por motivos relacionados com a sua situação particular, ao tratamento lícito dos seus dados pessoais.

Chama-se especial atenção para as consequências de um pedido de apagamento de dados, visto poder levar à alteração das condições da proposta e à respetiva rejeição em conformidade com os artigos 151.º e 141.º do Regulamento Financeiro.

Pode exercer os seus direitos contactando o responsável pelo tratamento de dados ou, em caso de conflito, o responsável pela proteção de dados. Se necessário, pode ainda dirigir-se à Autoridade Europeia para a Proteção de Dados. Os respetivos contactos estão indicados na secção 9 infra.

9. Informações de contacto

- O responsável pelo tratamento de dados

Se pretender exercer os seus direitos ao abrigo do Regulamento (UE) 2018/1725 ou se tiver observações, perguntas ou preocupações, ou se pretender apresentar uma queixa relativa à recolha e utilização dos seus dados pessoais, queira contactar o responsável pelo tratamento

de dados utilizando os contactos indicados, por exemplo, no aviso publicado no *Jornal Oficial da União Europeia*, no convite à participação ou no convite à apresentação de propostas referente ao procedimento de adjudicação, ao contrato ou à convenção, e indicando explicitamente o seu pedido.

- O responsável pela proteção dos dados do Parlamento Europeu

Para eventuais perguntas relativas ao tratamento de dados pessoais, os titulares dos dados podem contactar o responsável pelo tratamento. Podem igualmente contactar o responsável pela proteção dos dados do Parlamento Europeu no que diz respeito a questões relacionadas com o tratamento dos seus dados pessoais nos termos do Regulamento (UE) 2018/1725, através dos seguintes contactos: Parlamento Europeu, KAD 06A001, Plateau du Kirchberg, L-2929 Luxemburgo, tel.: +352 4300 23595, endereço de correio eletrónico: data-protection@ep.europa.eu.

- A Autoridade Europeia para a Proteção de Dados (AEPD)

Tem o direito de recorrer (ou seja, pode apresentar uma reclamação) junto da [Autoridade Europeia para a Proteção de Dados](https://edps.europa.eu) (edps@edps.europa.eu) se considerar que os seus direitos decorrentes do Regulamento (UE) 2018/1725 foram infringidos na sequência do tratamento dos seus dados pessoais pelo responsável pelo tratamento, através dos seguintes contactos: Rue Wiertz 60, B-1047 Bruxelas, tel.: +32 2 2831900, endereço de correio eletrónico: edps@edps.europa.eu.